

# Cinco anos entusiasma economistas

ESTADO DE SÃO PAULO

OLIVIER UDRY

Após a definição do mandato do presidente José Sarney, a economia teria, supostamente, melhores condições de ser comandada pelo ministro da Fazenda. Afinal, ele disporia agora do respaldo político nem sempre evidente durante os cinco primeiros meses do ano. Essa hipótese, todavia, não chega a entusiasmar os economistas, ainda que pertençam a diferentes correntes de pensamento ou tenham visões políticas distintas da conjuntura atual e daquela que pode prevalecer até as eleições presidenciais.

O professor Carlos Alberto Primo Braga, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, é moderadamente otimista. Considera que o ministro Mailson da Nóbrega conseguiu um "feito memorável": não tinha grande apoio político, nem acadêmico, mas surpreendeu a todos, empresários e credores

do Brasil. Atacou, dentro do que era possível, a renegociação da dívida externa e logrou alguns avanços no combate ao déficit público, ainda que sem conseguir reduzir significativamente a inflação. "Ele mostrou que o barco tem um capitão", diz Braga. Agora, a condução da economia depende da resposta a uma questão crucial: que acertos políticos foram feitos para tornar vitoriosa a tese dos cinco anos de mandato? Em outras palavras, quanto isso pode custar à economia em termos de déficit público?

Independentemente disso, houve outros progressos, na opinião desses economistas: a política industrial e a maior abertura ao comércio exterior, que contribuem para reduzir o "viés antiexportador que ainda existe".

Quando ao déficit público, tudo depende da vontade efetiva que o presidente Sarney venha a demonstrar no sentido de reduzi-lo Braga

teme um crescimento do déficit em 1989, por ser um ano eleitoral. "Se o déficit não for drasticamente reduzido, a política industrial estará comprometida, pois o governo será forçado a pressionar o setor privado, para que este financie o déficit."

## FUTURO NEGRO

Para um dos "pais" do Plano Cruzado, Luiz Gonzaga Belluzzo, o cenário que prevalecerá na economia até a mudança de presidente é sombrio. Primeiro, porque a renegociação da dívida externa "é lamentável". Belluzzo julga que o pedido de rolagem da dívida é muito tímido (US\$ 5,2 bilhões) e que significará, novamente, a exemplo do que ocorreu entre 1981 e 1983, um subfinanciamento do setor público. Isso levará a um crescimento do déficit público no próximo ano, criando assim as condições para uma política de cunho eminentemente monetarista. "Vão dizer que as estatais são

culpadas e que a taxa de juro deve subir para conter a demanda. Estamos regredindo em vez de avançar até mesmo no diagnóstico dos problemas."

A opção que Belluzzo considera mais provável é de que o Brasil terá de fazer um grande esforço exportador para financiar o déficit que a renegociação capenga da dívida externa não consegue financiar. Nesse contexto, a inflação pode até não explodir, mas as consequências estruturais desse tipo de política econômica serão desastrosas: "Vamos promover mais concentração de renda e penalizar o capital produtivo, sem falar dos salários. Imagine se houver uma crise econômica mundial, que reduza nossas exportações. Aí será o pior dos mundos".

## A INCERTEZA CONTINUA

Para Luís Eduardo de Assis, diretor gerente da Grano Consultoria Econômica e Estratégia Empresa-

rial, as expectativas dos empresários melhoraram após a definição do mandato de cinco anos, ainda que não tenham ocorrido avanços no controle do déficit público. Mas só os cinco anos não bastam: "Isso não quer dizer que o ministro disponha de mais liberdade para fazer política econômica", pois, a cada questão crucial a ser resolvida, a base política do presidente, e portanto do próprio ministro, estará novamente em jogo.

Assis teme o "viés monetarista" que parece voltar à tona, quando o governo fala em aumentar as taxas de juro para controlar a inflação. Além disso, a pressão dos reajustes salariais das categorias que têm data-base em junho será acentuada: "Elas deveriam ter um reajuste de cerca de 100%, que dará a impressão de que o consumo vai explodir, justificando ainda mais, aos olhos do governo, sua própria tese de que a inflação atual é de demanda, o que está errado".